

O FIM DA GUERRA

Miguel Freire

RUPERT SMITH

**The Utility of Force.
The Art of War in
the Modern World**

Londres,
Penguin Books Ltd,
2005, 428 páginas

A guerra não mais existe¹. É com esta frase tão irrealista quanto contraditória que Rupert Smith parte para este livro que se debruça sobre a utilidade do uso da força. O argumento da obra é a apresentação de um novo paradigma sobre a guerra, apelidado pelo autor de «guerra entre pessoas»² e que vem substituir o anterior designado por «guerra industrial interestadual».

O que faz então este general do Exército britânico, na situação de reserva, propor-se à definição de um novo paradigma da guerra? Quarenta anos de serviço activo com altas responsabilidades na fase final, como por exemplo o comando de uma divisão blindada na Guerra do Golfo (1991), o comando da United Nations Protection Force (UNPROFOR) na Bósnia (1995) e o de *deputy commander* da NATO durante o ataque da Aliança ao Kosovo (1999), além de três anos de reflexão já fora do activo. O objectivo é, como o próprio admite, um trabalho de interpretação e não uma monografia académica (p. XV). A necessidade desta reflexão adveio de duas constatações: primeiro, sempre que se viu envolvido na prossecução de um objectivo militar para

alcançar um determinado fim político, isso só foi possível depois de se reorganizar e modificar os métodos de emprego; segundo, embora se obtivesse um sucesso militar local, a concretização do objectivo político não se verifica.

Percorremos, ao longo do primeiro capítulo, cerca de cento e cinquenta anos entre guerras e batalhas para compreendermos que o paradigma que terminou se caracterizava pelo confronto entre estados que se socorriam do apoio total da sua base industrial e da população, com prejuízo de outros interesses, manobrando forças militares com o objectivo da vitória absoluta. A guerra surgia, assim, em ciclos de paz-crise-guerra-resolução (p. 16). Este paradigma foi completamente implementado até ao seu ponto de culminação, a escala global da II Guerra Mundial, e materializou uma prova de força (*a trial of strength*), terminando, ironicamente, por imposição de duas forças que tinham contribuído para a sua edificação: a inovação industrial e tecnológica.

Concorrente com este paradigma, o general Rupert Smith aceita a existência de uma antítese sempre presente: um con-

fronto de vontades (a *clash of wills*) entre o forte e o fraco, materializado na guerra de guerrilha e guerra revolucionária, desde os tempos de Napoleão, com a subversão popular na Península Ibérica, até às resistências de ocupação contra as forças do Eixo, passando pelas lutas contra o domínio colonial.

O paradigma da guerra industrial, na ideia de prova de força, seria o centro da Guerra Fria, e a antítese, na forma de confronto de vontades, em todas as guerras marginais apoiadas pelas duas potências. Ambas manter-se-iam ao longo de cerca de quarenta anos, obscurecendo o novo paradigma que surgia, seguindo de perto o fim da II Guerra Mundial: «a guerra entre pessoas».

GUERRA ENTRE PESSOAS

Mas então o que é a «guerra entre pessoas»? As pessoas, quaisquer que sejam e onde quer que estejam, são o campo de batalha. Os confrontos militares podem ocorrer em qualquer lugar: na presença de civis, contra civis, na defesa de civis. Os civis são os alvos, os objectivos a serem conquistados, tanto quanto são a força opositora. A «guerra entre pessoas» é um contínuo cruzar entre confrontação (na ideia das agências políticas e diplomáticas liderarem a intervenção em relação às militares [p. 182]) e conflito (quando a actividade militar está em acção e a política e a diplomacia não estão directamente envolvidas [p. 182]), independentemente de um Estado enfrentar outro Estado ou um outro actor não estatal. O *modus operandi* do opositor mantém-se na linha da antítese da guerra

industrial: criar desordem, promover a sua causa por actos públicos (*propaganda of the deed*), pela provocação para testar a vontade e a habilidade para o adversário agir ou levá-lo a reagir por excesso (*strategy of provocation*) (p. 276).

Embora não aponte uma data exacta, a partir da qual se entra neste novo paradigma, Rupert Smith admite que é depois da Guerra do Golfo (1991) que este se torna evidente: a grande confrontação entre blocos terminava e o exército industrial tornava-se obsoleto. As guerras e conflitos que se seguiram apresentaram imagens de marca enganadoras da guerra industrial, embora já retratassem a «guerra entre pessoas». Hoje, defende o autor, é possível identificar as suas principais tendências: os objectivos pelos quais se combate estão a mudar; combate-se no meio das pessoas; os conflitos tendem a ser intemporais; combate-se para preservar a força; em cada nova ocasião são encontradas novas formas de emprego para armas e organizações antigas; as partes são maioritariamente actores não-estatais. Estas tendências reflectem não só as características do novo paradigma, mas também os endémicos defeitos na abordagem utilizada (p. 307).

Ao tentar estabelecer o propósito para o uso da força, o general Rupert Smith identifica quatro funções estratégicas, ou seja, tarefas que a força militar pode executar quando é enviada para qualquer confronto ou conflito político: melhorar (*ameliorate*), conter (*contain*), deter ou coagir (*deter or coerce*) e destruir (*destroy*). Enquanto que admite que as primeiras duas possam ser realizadas sem que esteja estabelecido cla-

ramente qual o objectivo político desejado (p. 321), as duas últimas só o deverão ser num conceito estratégico que requer o conhecimento do resultado político desejado (p. 322).

A ideia de que a guerra não mais existe adquire forma na ideia de que é no universo da confrontação e do conflito que faz sentido o emprego da força já que esta, no paradigma defendido, tem um papel a desempenhar – não de destaque – pois, por si só, não permite alcançar o objectivo estratégico desejado (p. 394). Isto quer dizer que, na maior parte dos casos, o uso da força militar se traduz na aquisição de informação e em apoio a outros domínios de poder, já que são estes que estão em melhores condições de explorar o sucesso das acções tácticas. Por esta razão, Rupert Smith advoga que a «guerra entre as pessoas» será melhor conduzida como uma operação de informações (*intelligence and information operation*)³ do que como manobra e atrição à maneira da guerra industrial (p. 390). Este oficial general, antigo *deputy commander* da NATO, é peremptório ao afirmar que quanto mais em apoio de outros estiver a força militar, mais perto se está do objectivo estratégico (p. 397). E remata, a aplicação da força deverá ser mais na ideia de um «raide» a nível de teatro ou estratégico do que uma operação continuada (p. 401). A compreensão dos outros domínios do poder (económico, diplomático, político, humanitário, etc.) torna-se imperativa porquanto estes são parte do contexto em que as operações decorrem, ou seja, definem o campo de batalha confrontacional (p. 403).

SERÁ MESMO ENTRE PESSOAS?

Olhando à volta pelo que se passa no mundo, constata-se que Rupert Smith não anda longe da realidade, tornando quase desnecessário o exercício de validação do seu paradigma, com a sua experiência no conflito da Bósnia, enquanto comandante da UNPROFOR (Janeiro de 1995 – finais de 1998). Contudo, existem aspectos que levantam algumas dúvidas e acabam por se enquadrar nos defeitos endémicos que o próprio autor critica.

Primeiro, o modelo de raciocínio, que é transversal ao longo de toda a obra, assenta no uso da força articulada numa arquitectura tradicional que se divide pela política, estratégia, nível operacional de teatro e táctica⁴. O que parece escapar ao general Rupert Smith é que este esquema de raciocínio, nomeadamente a introdução do chamado nível operacional de teatro, é também um produto da guerra industrial interestadual. Por outras palavras, como se sustenta um novo paradigma com base no raciocínio do paradigma anterior?

Segundo, parece que Rupert Smith não conseguiu fugir à fatalidade de planear, ou de se preparar, para a última «guerra». A sua experiência e alguns factos do dia-a-dia ocultam-lhe problemáticas, como a nuclearização do Irão, a emergência da China como potência económica (e consequentemente militar) ou a aliança sino-russa, que deixam antever a manutenção do carácter interestadual patente no paradigma anterior. A par destas situações, existem outras geografias – o ciberespaço e o espaço – onde na realidade não há pessoas, e talvez por isso não sejam referidas,

mas onde a confrontação entre potências poderá influenciar a paz ou a guerra entre as pessoas.

The Utility of Force é uma obra que merece ser lida por oficiais superiores e generais das

forças armadas mas, também, por diplomatas, juristas e académicos. Hoje, como noutras épocas, a moralidade e a legalidade do uso da força exigem a compreensão da sua utilidade. **RI**

NOTAS

¹ «War no longer exists.»

² «War amongst people.» A tradução livre do autor é de «guerra entre pessoas», contudo, poderia também ser a «guerra no meio das pessoas». A primeira tradução remete para a ideia de as pessoas serem as protagonistas do acto de fazer a guerra, enquanto a segunda remete para a ideia de as pessoas serem espectadores e no meio das quais se travam, entre outros actores,

as batalhas. Como se verá mais adiante, ambas as ideias estão presentes na expressão que enforma o argumento.

³ Trata-se de operações que se socorrem de um vasto conjunto de capacidades (guerra electrónica, operações psicológicas, operações de decepção, etc.) com o objectivo de limitar ou destruir o sistema de decisão inimigo, ao mesmo tempo que se protege o próprio.

⁴ A política define os objectivos, a estratégia converte os objectivos políticos em objectivos militares, o nível operacional de teatro confina a uma área geográfica a possibilidade de realizar um objectivo na sua vertente política e militar, e a tática trata do emprego efectivo da força (onde se mata e morre) para a conquista de objectivos físicos que concorrem para o sucesso dos níveis superiores.